

## Fórum protocola Pauta Unificada 2012

O Fórum das Seis protocolou a Pauta Unificada de reivindicações da data-base 2012 na segunda-feira, dia 16 de abril. A Pauta foi fechada em reunião pela manhã, após análise do retorno enviado pela segunda rodada de assembleias nas bases das entidades do Fórum.

O documento foi recebido pelo novo presidente do Cruesp, professor João Grandino Rodas, reitor da USP. Falando em nome da coordenação do Fórum das Seis, o professor César Minto destacou a necessidade do estabelecimento de um calendário de negociações e, lembrando que a nossa data-base é 1º de maio, propôs que a primeira reunião ocorra entre os dias 24 e 26 de abril, antecedida de reunião técnica. O reitor Rodas disse que iria consultar os reitores da Unesp e da Unicamp para definir o calendário.

O Fórum também entregou ao presidente do Cruesp um ofício (nº 5/2012), no qual volta a solicitar uma reunião para discutir com os reitores o não repasse de parte dos recursos a que as universidades têm direito. Conforme o Fórum vem denunciando, o governo estadual não está cumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que garante o repasse de, no mínimo, 9,57% dos recursos obtidos com a arrecadação do ICMS quota-parte do Estado para a Unesp, Unicamp e USP. Só em 2011, isso representou um prejuízo de R\$ 207 milhões para as instituições. O Fórum questiona a resposta enviada pelo Cruesp, por meio do Ofício 4/2012, que mostra que os reitores não apenas têm conhecimento do fato, como concordam com ele e até o justificam.

Após o protocolo da Pauta, o Fórum entregou, ainda, um pequeno dossiê contendo os ofícios não respondidos pelo Cruesp em 2010 (total de 22) e em 2011 (17).

**Nova reunião do Fórum.** O Fórum das Seis volta a se reunir no dia 24 de abril, às 9h, na sede da Adusp, para dar encaminhamento à campanha salarial. Veja no site da Adusp (<http://migre.me/8IwEC>), a íntegra da Pauta Unificada e o ofício protocolado em 16/4.

Bahiji Haje



### Edital de Convocação para Eleição do Conselho de Representantes da Adusp-S.Sind.

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 08 e 09 de maio de 2012, das 9h00 às 21h00 para todas as unidades relacionadas no site da Adusp (<http://migre.me/8Iwgj>). As inscrições dos candidatos a membros do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Rua da Reitoria nº 374 - Prédio Antigo da Reitoria. O prazo para inscrição dos candidatos do CR se encerra no dia 07 de maio de 2012, às 19h00.

São Paulo, 07 de abril de 2012.

Heloísa Daruiz Borsari  
Presidente da Adusp-S.Sind.

## Maria das Graças, a otimista

Vitor Flynn



# “Instituto Brasileira”, privado, mantém parceria com projeto Brasileira USP

No início do segundo semestre de 2012 deverá ser inaugurada a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, vinculada à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP. O projeto Brasileira USP inclui a criação da Brasileira Digital, que tem o intuito de ampliar e tornar irrestrito o acesso a seus acervos e aos fundos públicos de informação. Mas eis que surge uma novidade: o “Instituto Brasileira”, entidade privada que aparece como “parceira” do projeto da USP e que possui entre seus componentes vários membros da diretoria da Biblioteca Brasileira.

Segundo o site da Brasileira ([www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br)) a iniciativa da criação da biblioteca digital, que surgiu em 2009, conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp) e do Ministério

da Cultura (Minc). O projeto é desenvolvido em parceria com o Laboratório de Engenharia de Conhecimento da Escola Politécnica (Knoma), com o Sistema Integrado de Bibliotecas da USP e o... Instituto Brasileira.

Pedro Puntoni, coordenador do projeto Brasileira USP e membro, concomitantemente, do “conselho de governança” do Instituto Brasileira, afirma que “a equipe [da biblioteca] é em parte hoje resultado de uma outra parceria com o Instituto Brasileira”. Atuam no projeto, segundo ele, 12 estagiários remunerados pela entidade privada.

**Denúncia.** Uma parte dessa equipe atua na digitalização das obras da Brasileira USP e para isso contam com a ajuda de robôs digitalizadores financiados pela Fapesp.

“Maria Bonita”, como foi apelidado um desses robôs, e suas “irmãs” estão a serviço da Biblioteca Brasileira e, conforme normas da Fapesp, quando ociosos podem ser utilizados em outras unidades da USP gratuitamente. Porém, segundo denúncia publicada por Ana Cardoso Silva no blog Viomundo, do jornalista Luiz Carlos Azenha, o ICB-USP estaria pagando pelo serviço de digitalização de parte do seu acervo. Pedro Puntoni nega. “Estamos digitalizando obras de várias unidades, mas ainda não do ICB”, diz.

No texto intitulado “O que Lamião pensaria do uso privado de Maria Bonita e cinco irmãs?”, o blog informa que, apesar de executado nas dependências da USP, por funcionários e estagiários pagos pela USP e com o uso de equipamentos financiados por

instituições públicas, o pagamento estaria sendo feito ao “Instituto Brasileira”.

Como membro da direção da entidade privada, Puntoni define o Instituto Brasileira como uma “associação sem fins econômicos”, fundada há dois anos e que estaria apoiando a Biblioteca Guita e José Mindlin e o Projeto Brasileira USP em algumas iniciativas: “Basicamente, a exposição sobre Frei [José Mariano da Conceição] Veloso em setembro de 2011 (em parceria com a Pinacoteca e a Associação dos Amigos da Pinacoteca), a exposição ‘Uma Vida entre Livros’ (que está sendo preparada, com apoio da Petrobras, para a inauguração do edifício e foi concebida como uma exposição permanente do edifício) e agora o Laboratório da Brasileira USP”.

## Nota sobre pedido de incorporação do acervo de Aziz Ab’Saber



Francisco Emolo/Jornal da USP

Em contato com a família do professor Aziz Ab’Saber, por ocasião de seu falecimento e nos dias que se seguiram, a Adusp tomou conhecimento do desejo do eminente geógrafo e professor da FFLCH de que sua biblioteca particular fosse doada à Universidade de São Paulo.

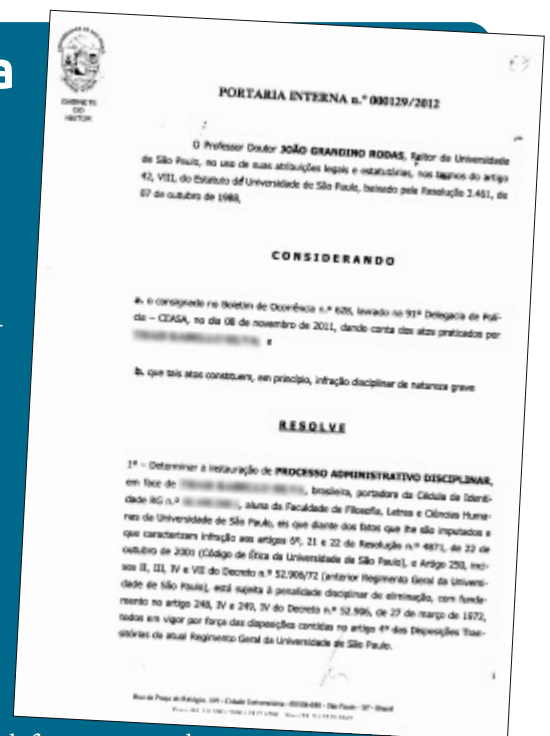
Dada a inestimável contribuição de Ab’Saber ao pensamento brasileiro, a Adusp propôs à Reitoria, por meio de ofício, que o acervo do professor fosse incorporado à Biblioteca Brasileira, que abrigará o legado de José Mindlin. No entanto, em razão de certas disposições contratuais do projeto Brasileira,

haveria dificuldades para instalar nela o acervo do professor.

Informalmente, porém, a Reitoria cogitou de que a biblioteca de Ab’Saber poderia vir a ser incorporada pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), onde já se encontram os acervos pessoais de Caio Prado Júnior, Camargo Guarnieri e outros grandes nomes da cultura brasileira.

## Reitoria ameaça expulsar mais 73 estudantes

No início do debate de 10/4, uma aluna informou que os setenta e três estudantes detidos na reintegração de posse da Reitoria, em 2011, passaram a receber da Reitoria, no início de abril, “mandados de citação e intimação” para depor em processos disciplinares individualizados. Os mandados são acompanhados das respectivas portarias do reitor, também individualizadas, as quais definem que cada estudante intimado está sujeito “à pena disciplinar de eliminação”, conforme o decreto 52.906, de 1972. As intimações trazem a advertência de que “o não comparecimento implicará em revelia e confissão acerca da matéria de fato”.



## Relatório de tesouraria semestral - Setembro/2011 a Fevereiro/2012

Mês	Saldo do fundo de reserva	Contribuição líquida dos associados	Salários e encargos	Despesas de comunicação	Despesas gerais restantes
Setembro/11	R\$ 1.082.256,39	R\$ 184.209,85	R\$ 108.330,41	R\$ 40.624,68	R\$ 41.172,37
Outubro/11	R\$ 1.093.032,74	R\$ 185.270,77	R\$ 121.971,37	R\$ 24.038,25	R\$ 37.252,31
Novembro/11	R\$ 1.102.273,40	R\$ 185.038,27	R\$ 117.955,99	R\$ 32.758,14	R\$ 39.513,17
Dezembro/11	R\$ 975.527,06	R\$ 185.173,79	R\$ 159.824,28	R\$ 61.895,74	R\$ 98.839,65
Janeiro/12	R\$ 984.081,86	R\$ 185.335,12	R\$ 133.238,78	R\$ 11.932,78	R\$ 43.523,09
Fevereiro/12	R\$ 991.591,94	R\$ 185.219,89	R\$ 107.625,44	R\$ 2.154,69	R\$ 49.125,98

# Seminário sobre Direito reforça importância da ação política

Ouvida de docentes da Faculdade do Largo São Francisco, e que são juízes há muitos anos, a advertência, feita a propósito da escalada de intolerância policial e judicial promovida pela Reitoria da USP, causou impacto: “Estamos com a espada do Direito sobre todos nós. Até que ponto podemos acreditar no Direito? A ação política é que resolve e alimenta o diálogo democrático. Os que não estão sendo processados têm que agir politicamente em defesa dos processados. O contra-ataque é político, pela via da solidariedade”, destacou o professor Jorge Souto-Maior. “O Direito é repressor. Se [o reitor] Rodas se sentiu confortável, é porque é a linguagem dele”, expressou o professor Marcus Ori- one.

Realizado no auditório da História em 10/4, o seminário “Universidade Pública, Democracia e Estado de Direito” reuniu professores, estudantes e funcionários em um debate dos aspectos jurídicos e políticos dos acontecimentos que se desenrolam na USP desde o início da gestão Rodas, e particularmente após setembro de 2011, quando foi assinado convênio entre a Reitoria e a Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP) que resultou na presença permanente e ostensiva da Polícia Militar na Cidade Universitária do Butantã.

“A diretoria da Adusp está sendo processada por algo que não falou, o que me parece mais impressionante”, disse Souto-Maior. Ele observou que, enquanto a Reitoria faz referência, em outros processos, a supostos danos ao patrimônio, deixa de lado questões de enorme relevância, como a denúncia da existência de um aparato de espionagem interna na USP: “Nós convivemos com um problema jurídico muito grave. A Universidade ainda não se manifestou sobre o relatório confidencial da tal Sala de Crise, de invasão das privacidades”.

**Benesses.** Como exemplo de que o Direito “vem servindo ao *status quo*, à manutenção das benesses, das diferenças de classe”, o docente citou o caso do funcionário Claudionor Brandão, diretor do Sintusp demitido pela Reitoria com base, entre outras alegações, por ter agido em favor dos funcionários terceirizados: “O argumento foi de que ele estava atuando fora dos



parâmetros regulares da representação da sua categoria. Puxa vida! Um dirigente sindical não ter o direito de agir com solidariedade de classe? Ele foi processado administrativamente por isso e o Judiciário confirmou a [demissão por] justa causa dele”. Por isso, acredita, não há como “confiar no Judiciário para fazer uma contra-ofensiva”.

Também para Marcus Ori- one, não há como “depositar tanta fé” nas instituições judiciárias, “extremamente burocratizadas, extremamente enroladas em si mesmas”. Para ele, a maioria dos juízes age como “gerentes desse estado de coisas”, aliando-se ao grande capital e não aos trabalhadores.

Ele repetiu pergunta feita em artigo publicado em 2011, em co-autoria com Souto-Maior e Paulo Arantes, a propósito do convênio com a SSP: “Por que a PM aqui, se esta universidade tem especialistas suficientes para dar respostas de segurança pública? A Reitoria jamais colocaria uma quantidade de especialistas em urbanismo, em assistência social, em direito, para trabalhar com o entorno”.

**“Sem lastro”.** No debate, a pós-graduanda Maria Fernanda apontou as “ações desmobilizadoras” levadas a cabo pela Reitoria — como a concessão de mil bolsas de graduação para estudos no exterior — que se valem do momento de “tranquilidade financeira” da USP e afetam as três categorias, e destacou a necessidade de se “pensar estratégias políticas para enfrentar o momento”.

O professor Ciro Correia (IGc) argumentou que os defensores da universalização do ensino e de uma Universidade que não seja da

oligarquia vivem tempos difíceis, que suscitam a questão de como sobreviver mantendo um mínimo de organização e consciência. “Muitas vezes, quando a gente procura discutir a melhor tática e a melhor estratégia de luta, a responsabilidade com a qual a gente precisa dosar nossas ações em relação à capacidade de reação dos nossos adversários, somos tachados de conservadores, de medrosos, de estar do lado da direita — quando no limite estamos fazendo o contrário”, disse o docente, ex-presidente do Andes-SN.

“É preciso que todas as forças políticas saibam avaliar as dificuldades do momento, para saber que eventualmente, contra a nossa vontade, na hora em que você ocupar a Reitoria sem o devido lastro social, sem o devido respaldo da categoria, você vai ser sim vítima de uma ação agressiva e injusta, mas que dificilmente a gente vai conseguir reverter. Esta tem sido a principal dificuldade de fazer luta dentro de cada categoria e conjunta das categorias, porque não tem havido um diálogo respeitoso sobre as dificuldades e os limites da nossa ação. É isso que espero que a gente consiga aos poucos reverter”, completou Ciro.

O professor Luiz Martins (ECA) considerou acertada a avaliação dos expositores e alertou para o clima de medo que se instaura diante do modo de agir fascista com o qual se tratam os conflitos. A professora Zilda Iokoi (FFLCH) denunciou a política higienista aplicada pela administração e ponderou que diante das dificuldades que a conjuntura nos impõe é oportuno refletir sobre recuos estratégicos

no sentido de preservar nossas entidades e lutas.

**“Geopolítica”.** Magno de Carvalho, do Sintusp, informou que o processo contra os dirigentes do sindicato está se agravando. Propôs a unificação de todos os setores do movimento: “Nunca foi tão necessário a gente se unir. Por trás do reitor estão Alckmin, Serra. É preciso achar um denominador comum”. O aluno Paulo Fluxus, das Artes Plásticas, criticou o que chamou de “reestruturação geopolítica física” da Universidade, cujo maior exemplo seriam as mudanças planejadas para a área hoje ocupada pela ECA.

O professor Waldir Bevidas (FFLCH) lamentou o fato de que colegas de departamento tenham se negado a liberar estudantes para que assistissem a uma palestra sobre democracia, como indicador do ambiente carregado que se criou na USP. “O fascismo se baseava na lei”, pontuou a professora Dóris Cavalari (FFLCH), antes de indagar aos colegas da mesa: “Os professores não podem também processar a Reitoria por calúnia?” Ela se referiu ainda ao elo entre a gestão Rodas e o governo estadual: “O PSDB é uma Ditadura, está lá há vinte anos”.

Ao encerrar o debate, o professor César Minto, vice-presidente da Adusp, enfatizou a importância da reflexão coletiva: “A Adusp tem pautado a sua ação na discussão e deliberação coletivas. Semanalmente temos reunião da diretoria ampliada, a gente avalia os passos que dá”. Ele explicou, ainda, que o foco não são as ações judiciais propriamente ditas, mas a luta política: “Sempre acreditamos nessa forma de atuar, de tentar responder coletivamente. Temos algumas diferenças de leituras e de táticas, momentâneas, mas buscamos nos espaços coletivos, como o Fórum das Seis, tratar isso pelo mínimo comum: aquilo que nos unifica, que permite encetar uma luta coletiva”.

# Novo Regimento da Pós-Graduação reduz prazos e acentua exigências produtivistas

A revisão do Regimento da Pós-Graduação da USP já está na quinta versão, em processo de formulação conturbado e veloz. Apesar das reivindicações de estudantes e docentes por um maior prazo para discussão das alterações propostas, o Conselho da Pós-Graduação pretende conseguir a aprovação final em reunião do Conselho Universitário (Co) prevista para o dia 25/4. O pró-reitor de Pós-Graduação, Vahan Agopyan, não reconhece as discordâncias da comunidade acadêmica, aponta o “consenso” na comissão responsável e diz que, caso aprovado pelo Co, o novo Regimento deve entrar em vigor já em 2013.

São muitos os pontos polêmicos nas mudanças propostas no Regimento, de modo geral acentuando exigências de teor produtivista, com nova redução de prazos e mais avaliações formais. O professor João Zanetic, do Instituto de Física da USP, aponta para um caráter mercadológico nas mudanças. Já no Artigo 1º, que antes limitava os objetivos da Pós-Graduação à formação de docentes e pesquisadores, foi incluído o trecho que trata da

formação de “profissionais com amplo domínio de seu campo de saber e capacidade de liderança e inovação”. “Liderança e inovação são termos usados no mercado”, aponta o professor.

A principal acusação dos estudantes é a de que as reformas abrem precedente para a privatização dos cursos. A versão anterior do documento suprimia dispositivo que veda a cobrança dos alunos de pós-graduação por parte das instituições parceiras nos chamados “mestrados profissionais”. Esse item voltou ao texto que será proposto ao Co. Porém, outra mudança proposta altera a natureza dos convênios firmados. Antes firmadas apenas “em conjunto com universidades”, as parcerias, que visam a cooperação entre equipes de pesquisa das instituições envolvidas, agora poderão incluir “instituições de ensino superior e de pesquisa”, o que torna menos específicas as exigências quanto ao caráter das instituições conveniadas.

**Qualificação.** A qualificação, hoje prevista para ser realiza-

da dentro de até 60% do período total do curso, passaria a ocorrer, por proposta do Conselho de Pós-Graduação, em tempo ainda mais curto: um ano depois da matrícula inicial. Estudantes e professores apontaram a inutilidade de realizar a qualificação tão precocemente, de modo que o prazo mudou para 18 meses. Mas, para Zanetic, mesmo esse prazo não condiz com as necessidades da pós-graduação: “Ampliaram para 18 meses, mas continua sendo totalmente antiacadêmico. Vai contra a formação”, comenta.

Além disso, no final do curso, antes da defesa oral, a tese do aluno passará a receber avaliação por escrito da banca examinadora. A nova proposta é de que esse julgamento já possa reprovar o aluno ou propor mudanças antes da apresentação oral do projeto. Outro ponto polêmico é a supressão do direito de voto do orientador na banca examinadora, um absurdo na opinião do professor do IF. “Não tem base acadêmica nenhuma, a não ser que estejam colocando em suspeita a lisura do orientador”, protesta.

## Avaliação anual?! O

novo Regimento prevê ainda que as avaliações dos programas, que hoje acontecem a cada três anos no âmbito das próprias unidades, passariam a ser realizadas anualmente pela universidade.

A precarização dos cursos oferecidos também é apontada como possibilidade, caso sejam aprovadas as alterações. No mesurado profissional, o artigo que limitava a participação de não-doutores nos programas de pós-graduação a atividades não-docentes foi suprimido, podendo agora integrar o corpo docente do programa os orientadores de “reconhecida competência profissional”.

Em carta aberta, os estudantes de pós-graduação apontam o caráter centralizador das medidas propostas e pedem que os debates se estendam por esse semestre, para que as decisões sejam tomadas em conjunto com a comunidade acadêmica. Apesar da solicitação, o pró-reitor Agopyan sinaliza que pretende acelerar a aprovação do novo Regimento.

## DCE quer mobilizar sentimento “anti-Rodas” para luta concreta

“Não vou me adaptar”, chapa que venceu as eleições para o DCE com quase 7 mil votos (em 13 mil), quer realizar em 2012 o 11º Congresso dos Estudantes da USP e transformar a indignação contra o reitor em mobilização efetiva. Entrevistamos o diretor da chapa eleita Gustavo Rego, estudante de ciências sociais, para saber como o diretório pretende enfrentar o desafio de mobilizar o corpo discente frente aos ataques da gestão Rodas.

Gustavo acredita que essa votação nas eleições para o DCE é reflexo da conjuntura política polarizada na Universidade. “Já é antiga no movimento estudantil a reivindicação por mais democracia na universidade, o enfrentamento por uma universidade

de fato pública, contra essa estrutura de poder. Mas tudo isso ficou muito mais claro com a gestão Rodas, que adotou sistematicamente a tropa de choque como maneira de mediar conflito político”, diz o estudante. “A gente recebeu quase 7 mil votos porque votaram na gente aqueles que estavam indignados com a Reitoria e querem democracia na USP, reivindicando uma universidade mais justa”.

A greve estudantil de 2011 só terminou formalmente no início de 2012. Os ataques da Reitoria, porém, continuaram; a lista de estudantes processados só aumentou. O DCE aposta no contato com a base nos diversos cursos da universidade. “Temos que saber como conseguir canalizar esse

sentimento para uma ação mais concreta. Não basta propor a mobilização pela mobilização, se a gente não construir um debate nos cursos, com os estudantes, que os motive para essa ação. Se não, a gente pode acabar criando uma certa defasagem entre o ritmo do DCE, da vanguarda do movimento estudantil, e o ritmo dos estudantes”, aponta Gustavo.

**11º Congresso.** O diretor explica ainda como o DCE pretende organizar os alunos: “Já existe um sentimento anti-Rodas, a gente tem que dialogar no conjunto dos cursos para conseguir concretizar nos estudantes a necessidade de uma luta. Neste ano deve ser marcado o 11º Congresso dos Estudantes. Pode ser uma boa oportunidade para estarmos presentes em todos os cursos, fazendo esse debate”.

Gustavo acredita que docentes e funcionários técnico-administrativos enfrentam dificuldades

de mobilização. “O movimento estudantil está numa condição de fazer o enfrentamento, digamos, mais favorável do que as outras categorias. O reitor investiu fortemente no sentido de desmobilizar os professores, adotou uma tática de concessão que dificulta a organização. A gente não exclui a hipótese de que os professores e funcionários vão de novo fazer luta, eu torço por isso, vamos estar juntos, mas é muito mais difícil do que é para os estudantes”, afirma.

“Rodas é um reitor difícil de enfrentar, mas ele próprio cria as condições de mobilização”, declara o estudante a propósito da contratação de coronéis da PM para a segurança da USP. “É um retrocesso, dificulta nossa organização. Mas por outro lado essa medida deixa ainda mais claro para os estudantes que a Reitoria está querendo militarizar a universidade; na medida em que o reitor faz isso ele fortalece nossa luta”.